

O TEMPO DO PATRÃO

Marcos Paulo CAMPOS¹

RESUMO: Este artigo visa compreender, a partir de relatos dos trabalhadores rurais que viviam e trabalhavam na primeira propriedade de terra ocupada pelo Movimento Sem Terra (MST) no Ceará, a temporalidade discursivamente construída a respeito das relações sociais na gleba anteriores à ação do MST. O presente artigo discute a elaboração memorial em que se inscrevem o sistema de dominação política tradicional, as formas de sujeição do trabalho nas grandes propriedades de terra e as condições de vida de trabalhadores rurais durante as décadas anteriores aos anos de 1980. A interpretação volta-se às lógicas ordenadoras de sentidos ao passado expressos nas falas daqueles que o viveram.

PALAVRAS-CHAVE: Tempo. Patrão. Moradia. Domínio.

Este artigo tem por objetivo interpretar a memória de trabalhadores rurais que residiam e trabalhavam na primeira propriedade de terra ocupada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no estado do Ceará. A memória em foco foi observada em sua lógica de atribuição de sentido ao tempo vivido, sendo esse entendido como uma “[...] representação simbólica de uma vasta rede de relações que reúne diversas seqüências de caráter individual, social ou puramente físico.” (ELIAS, 1998, p.17). Nessa reconstrução simbólica do tempo vivido, o trabalho agrícola sob o regime de **moradia** e o exercício do mando tradicional rural assumem centralidade na estruturação da narrativa sobre a vida numa grande propriedade de terra do sertão cearense durante as décadas anteriores aos anos de 1980. O discurso dos antigos trabalhadores da gleba sobre o período anterior à ocupação do MST compõe uma temporalidade de processos sociais nomeada como **o tempo do patrão**.

A ocupação realizada pelo MST, em 1989, nas Fazendas Reunidas São Joaquim, localizadas a 24 km da sede do município de Madalena - CE², estabeleceu um assentamento rural nomeado com a data da ação. O assentamento 25 de Maio se constitui numa referência da luta pela terra e da organização do Movimento Sem Terra no mundo agrário cearense. Este artigo resulta do trabalho de campo realizado no referido assentamento no qual foram realizadas entrevistas³ com antigos moradores da gleba. Seu⁴ Andrade e Seu Joaquim foram

¹ UFC – Universidade Federal do Ceará. Centro de Humanidades – Departamento de Ciências Sociais. Fortaleza – CE – Brasil. 60020-181 – marcospaulo_campos@yahoo.com.br

² Município localizado na região do Sertão Central do Ceará a 180 km da capital.

³ A relação de proximidade do pesquisador com militantes e dirigentes do MST no Ceará facilitou a localização dos sujeitos do processo necessária à pesquisa. Contudo, essa facilidade no acesso não imediatamente colocava os informantes em situação confortável para a exposição de suas narrativas no momento das entrevistas. Apesar de caminhar pelo assentamento na companhia de militantes do Movimento, a construção de afinidades e a desconstrução de desconfianças na coleta dos depoimentos foi um desafio constante. No trabalho sobre

interlocutores centrais na reconstrução da vida na propriedade antes da chegada dos ocupantes. Ambos nasceram na propriedade, por conta de seus pais serem empregados do patrão, e cresceram imersos nas relações de trabalho da gleba. Aos relatos desses, foram articuladas as falas de Dona Irene, esposa de Seu Joaquim e também residente na propriedade desde seu nascimento, Seu Raimundo Aniceto, antigo gerente da fazenda, e Dona Maria Ponciano, que fora empregada doméstica da família proprietária e apresentou um ponto-de-vista muito particular sobre o patrão. A opção de revelar o nome dos entrevistados justifica-se porque esta reflexão debruça-se sobre um fenômeno com dimensões públicas e por conta da contribuição deste estudo no registro histórico da organização dos trabalhadores rurais no mundo agrário cearense.

A moradia nas Fazendas Reunidas São Joaquim

O mundo rural brasileiro é prenhe de circunstâncias de trabalho e vida particulares à nossa formação histórica compreendidas como formas não-capitalistas de produção (MARTINS, 1979), apropriadas ao desenvolvimento capitalista nacional como meio de exploração do trabalho na economia agrícola. Populações de origem camponesa, como as encontradas nas Fazendas Reunidas, foram submetidas à **moradia**, ao colonato, à peonagem, ao foro, à meia, à parceria e ao arrendamento como formas de reprodução social no contexto da concentração de terra e do domínio oligárquico dos proprietários. Os sertões cearenses não fugiram a essa perspectiva. A situação fundiária aliada a adversidades climáticas (semi-árido) e à ausência de incentivos creditícios e técnicos à pequena propriedade configuraram um ambiente de vigência da **moradia** como trabalho de sujeição na economia rural.

acontecimentos políticos é indispensável ao analista entender o desejo próprio ao sujeito da memória em não somente lembrar o ocorrido, mas julgar o passado e demarcar sua posição naquela circunstância. Por conta disso, o pesquisador é implicado na atividade de campo, pois o acesso a possíveis informantes e a disposição desses em falar sobre suas percepções, muitas vezes, passa pela consideração dos vínculos políticos do analista. Os estudos sobre movimentos sociais rurais, por vezes, tratam de dificuldades relatadas por estudiosos para entrevistar proprietários de terra quando são percebidos por eles como aliados dos trabalhadores, sendo o contrário também verdade. A apresentação do interesse de pesquisa, associada à confiança assente na presença dos militantes que figuravam como contatos em campo credibilizaram a obtenção dos dados aqui explorados. O contato prévio com sindicalistas, militantes e assentados, antes das viagens para trabalho de campo, somava-se ao contato com os assentados Seu Joaquim e Seu Sitônio, após a chegada em Madalena, e permitia localizar os informantes facilitando o deslocamento dentro do assentamento. Entretanto, também foi interessante “escapar” aos contatos em campo para andar na gleba e encontrar personagens não apontados pelos sindicalistas e militantes do MST, por exemplo, Dona Maria Ponciano.

⁴ Termo dicionarizado como pronome possessivo, mas aqui servirá ao tratamento equivalente a Senhor.

A **moradia** é um espaço social (BOURDIEU, 1990) em que a distribuição dos indivíduos se dá baseada na propriedade de terras que são o bem fundamental da produção da vida material e o elemento constituinte das relações que envolvem a todos. Nesse sentido, o patrão, que é o possuidor da gleba, está na posição mais alta e, portanto, possui a capacidade de determinar o regime de trabalho de todos aqueles que, despossuídos de capital fundiário, dispõem apenas da força de trabalho para as trocas, marcadamente econômicas, que se dão no referido espaço. Há entre os despossuídos, os trabalhadores rurais, algumas diferenciações, pois podem ser vaqueiros, lavradores ou servidores da casa do patrão. E também existe uma hierarquia interna aos despossuídos entre a posição de simples morador, mais inferior entre todas as demais da relação de **moradia**, e a posição de gerente, ou seja, de maior proximidade com o patrão, de vigilância e controle sobre o trabalho de outros despossuídos e de autorização do patrão para a gestão da propriedade em sua ausência. O termo ‘sujeição’ é utilizado pelos trabalhadores para demarcar o tempo de trabalho dedicado ao patrão e/ou aos compromissos assumidos com o proprietário. Como diz Seu Andrade:

[...] nasci bem aqui na extrema da terra, sou nascido e criado aqui. Meu primeiro serviço, quando eu comecei a trabalhar, foi nessa fazenda aqui do general Wicar. Porque tinha aquela sujeição, os morador dele trabalhava três dias pra ele e três dias pra nós.

A origem camponesa de Seu Andrade, 60 anos⁵, é confirmada por seu lugar de nascimento e pela condição de seus pais. Segundo ele,

[...] meus pais já moravam aqui. Trabalhavam pra ele [general Wicar] também. Meu pai e minha mãe trabalhavam com ele. Quando eu comecei a trabalhar foi com meus pais.

Nesse sentido, Seu Andrade entrou no regime de **moradia** como parte do acerto de trabalho familiar realizado entre seus pais e o proprietário. Mais velho de doze irmãos, Seu Andrade, assim como os demais moradores entrevistados, começou a trabalhar na infância. Uma prática de inserção no trabalho (hoje considerada precoce) disseminada no meio rural há tempos. Para se ter uma idéia, Gregório Bezerra (1979), homem de origem camponesa e importante agente na mobilização de trabalhadores rurais no século passado, relata em suas

⁵ As idades dos informantes têm por referência o ano de 2009.

Memórias o acerto entre sua mãe e o administrador de uma propriedade para que toda a família trabalhasse num engenho localizado na região canavieira de Pernambuco nos primeiros anos do século XX. Responsável por levantar de madrugada, preparar os bois para a jornada de corte da cana-de-açúcar e carregar os feixes cortados até o carro-de-bois, Gregório confessa: “[...] vez por outra escorregava nas palhas ou nos olhos de cana e caía com feixe e tudo. Levantava-me novamente e fazia a mesma manobra, prosseguindo no meu lufa-lufa de vaivém o dia inteiro e até nas noites de luar.” (BEZERRA, 1979, p.36). Essa jornada resultava num menino que “[...] à noite estava cansado. Meu corpo magricelo só pedia chão e esteira para dormir.” (BEZERRA, 1979, p.36). Por sua vez, o menino Andrade, aos oito anos de idade, já acompanhava o pai na labuta.

A referência do morador ao tempo de trabalho infantil não se faz acompanhada de revolta. Ao contrário, ele parece encher-se de orgulho pela contribuição dada ao sustento familiar desde tão cedo. Diz Seu Andrade

Comecei a trabalhar pro Dr. Wicar com oito anos de idade, menino, meninozinho, correndo atrás do papai. O papai ganhava uma coisinha e eu ganhava outra. Quando era sábado, nós fazia feira.

Semelhante sentimento encontra-se no texto de Gregório quando afirma ter se sentido “[...] o menino mais bem pago do engenho. E o mais admirado. Não somente pelo salário, mas sobretudo porque era ajudante de carreiro e tangia bois de carro.” (BEZERRA, 1979, p.35). Relatos de experiências sociais cuja opressão estruturante não impede a vivência dos sentimentos de distinção e dignidade. Uma percepção positiva do trabalho apesar da situação etária de quem o pratica. A arbitrariedade contemporaneamente reconhecida, inclusive no plano legal, do trabalho infantil não está colocada. Em seu lugar, está a vinculação e a reprodução social por meio do trabalho familiar. Os acertos de trabalho cuja família do trabalhador está implicada são característicos das formas não-capitalistas de produção. Segundo José de Souza Martins (1979, p.20), estamos diante de “[...] uma concepção de trabalho bem diversa da que ganhou sentido na sociedade capitalista: a complementaridade do trabalho das diferentes gerações na constituição do patrimônio da família.”, portanto, uma organização laboral não constituída na individualização. Essa sim, típica do trabalho capitalista. Além disso, a família aqui não compreende somente o núcleo imediato ao casal e

sua prole, mas sim uma acepção de família extensa, basicamente de três gerações. Seu Andrade trabalhava com o pai, depois se casou e continuou a trabalhar na gleba, bem como, a maioria de seus filhos.

A denominação ‘sujeição’ dada ao trabalho nas fazendas não é exclusiva daqueles que o experimentaram, como Seu Andrade. Analistas do mundo agrário também utilizam a expressão para falar das formas de exploração do trabalho não-assalariado estabelecidas no meio rural. Garcia Júnior (1989, p.25) afirma a noção de sujeição para aqueles trabalhadores rurais “[...] cujo tempo é controlado por um patrão ou têm obrigação estabelecidas com dada periodicidade.” Além disso, a noção se opõe à idéia do trabalho liberto como o dos agricultores cujo próprio tempo de trabalho, bem como, de suas famílias não está sujeito a um proprietário, ou seja, pequenos e médios produtores. Essa oposição se colocará, principalmente, na discussão sobre a percepção dos antigos moradores das Fazendas Reunidas a respeito das mudanças ocorridas na gleba após a ocupação.

A explanação feita até aqui caracteriza a **moradia** como algo muito além da residência do trabalhador e de sua família na propriedade onde o mesmo labora. Como diriam José de Souza Martins (1979) e César Barreira (1992), é fundamental entender a **moradia** como relação social para além do pagamento de trabalho ou renda ao patrão. O pagamento da renda ocorre quando é acertado entre patrão e morador que esse último trabalhará na terra e pagará ao proprietário um percentual da renda obtida pela venda daquilo que foi produzido, ou seja, a sujeição. Se este acerto não incluir a possibilidade de residência do trabalhador e de sua família na propriedade caracteriza-se a relação nomeada de parceria. Conforme o relato de Seu Andrade e os estudos sobre os sertões cearenses, a **moradia** configurou-se como relação social amplamente disseminada⁶, pois “[...] a moradia dentro da propriedade assume importância capital, decorrendo desse aspecto outros elementos para inteligência da ‘parceria’, como o ‘fornecimento’ de alimentos nos períodos de entressafra ou ‘adiantamentos’ em dinheiro.” (BARREIRA, 1992, p.81). Portanto, a vinculação entre trabalhador rural e

⁶ Segundo Martins, o surgimento desta sujeição está relacionado ao momento em que os fazendeiros de açúcar do nordeste passaram a vender seus escravos, no comércio imperial interprovincial, para os grandes fazendeiros de café do sudeste. Por isso, “[...] substituíram-nos, cobrando de seus moradores, livres, dias adicionais de cambão nos canaviais para que pudessem continuar cultivando o próprio sítio no interior das fazendas.” (MARTINS, 2003, p.207). Por esse meio, foi disseminada a relação de **moradia** por todo o nordeste que, segundo o autor, existiu até meados dos anos 50 do século passado. Contudo, conforme os dados apresentados neste texto, a vigência desta relação no mundo rural do Ceará alcança o final dos anos de 1980.

proprietário extrapola a dimensão estrita da produção, embora a ela permanentemente articulada, em relações de dependência pessoal (habitação, subsistência e trabalho) fundantes de um sistema de dominação baseado na combinação entre a tradicional propriedade fundiária explorada comercialmente e uma forma não capitalista de gestão do trabalho agrícola. Essa última, longe de ser um corpo estranho ao desenvolvimento capitalista brasileiro, aponta uma hibridização em que “[...] o próprio capital engendra e reproduz relações não-capitalistas de produção.” (MARTINS, 1979, p.3). O acerto próprio à incorporação capitalista do regime de **moradia** confirma-se nas palavras de Seu Andrade e, do também morador, Seu Joaquim, 65 anos, que afirma,

Trabalhava três dias de sujeição pra ele [patrão] e três dias para nós. Nós fazia um roçado, mas a sujeição dos três dias sempre teve.

Apesar do acordo, no cotidiano da fazenda, as relações se davam de outra forma. Segundo Seu Andrade, as tarefas a serem realizadas conforme as determinações do general necessitavam muito mais do que três dias para seu cumprimento. Nas palavras do morador,

Trabalhava mais pra ele [general Wicar] do que pra mim. A ordem, a sujeição, era três dias, mas eu cansei de trabalhar de mês sem trabalhar uma hora no meu serviço, só trabalhava pra ele. Trabalhei com ele a vida toda e debaixo das ordens dele. Por isso que eu digo: agüentei a vida toda.

Seu Joaquim também chama atenção para a rotina de trabalho, por vezes, ampliada em favor do proprietário.

Tinha muito trabalho para fazer, às vezes, tinha semana todinha que trabalhava. Uma semana, duas, direto. Quando pegava o tempo da colheita trabalhava a semana toda, diz o antigo morador.

A fala corrobora com a afirmação sobre a **moradia** e indica como “[...] a falta de limites precisos na relação possibilita manipulação e arbítrio por parte do proprietário.” (BARREIRA, 1992, p.22). Além da ampliação das horas de serviço ser decidida exclusivamente pelo patrão, o pagamento do trabalho não era feito em dinheiro (papel-moeda). General Wicar remunerava seus empregados, pelos serviços prestados fora dos dias de sujeição, escrevendo num papel qualquer o valor atribuído ao trabalho e esse papel servia para utilização como valor-de-troca num pequeno armazém de mantimentos (alimentação e

vestuário), chamado de ‘fornecimento’, que o general possuía dentro da fazenda. O ‘fornecimento’ também estendia-se para além do abastecimento, pois ampliava-se em relações de trocas e dependência pessoal morador-patrão. Aquilo que não se conseguia comprar no tal armazém, por não estar disponível, o proprietário trazia de fora.

Em momentos de infortúnios pessoais ou familiares, a permissão para abastecer-se de graça no referido armazém era uma atitude do proprietário vista como benevolente e digna de gratidão por parte de seus empregados. Digo isso, por conta do relato de Dona Irene, 48 anos, esposa de Seu Joaquim, cujo pai foi morador das Fazendas Reunidas e morreu durante uma ‘questão’⁷ na qual atuava em favor do proprietário quando ela era ainda criança. Segundo ela, a morte do pai foi a maior responsável pelas dificuldades vividas quando menina. Sobre o período em que cuidava dos irmãos em casa, por ser a filha mais velha, enquanto a mãe trabalhava para o general, diz:

Existia dificuldade porque a gente não tinha o pai da gente. O finado Dr. Wicar ajudou minha mãe quando meu pai morreu.

Talvez por conta dessa ajuda baseada na garantia de trabalho, residência e alimentação, Dona Irene tenha inicialmente evitado falar sobre **o tempo do patrão** alegando “Eu era criança, não sei contar nada dele não.”

Uma forma de resguardar-se ao direito de não apresentar um relato pessoal positivo sobre o proprietário visto que, depois da ocupação, um discurso negativo sobre o período do mando e, principalmente, sobre o próprio general se construiu e tomou força na memória coletiva daquela comunidade assentada por meio do trabalho político do MST. Além disso, esse relato positivo estava sendo feito diante de alguém que havia chegado a sua casa acompanhado de um assentado⁸ militante do Movimento. Entretanto, após a quebra da resistência inicial, Dona Irene revelou um sentido diferenciado daquele que hegemoniza a temporalidade própria ao domínio tradicional cuja centralidade no tema do trabalho de sujeição evoca a percepção da opressão e do jugo.

Apesar de afastada da representação majoritária constitutiva da memória sobre **o tempo do patrão**, as palavras de Dona Irene trazem uma dimensão particular ao exercício do mando e da dependência pessoal vista por Nunes Leal como ter o patrão na conta de um

⁷ Disputa de caráter violento entre donos de terra.

⁸ Termo da política agrária que nomeia o parceleiro beneficiado pela política de assentamento.

benfeitor porque advém do patrão “os únicos fatores que sua obscura existência conhece” (LEAL, 1975, p.25). Essa exclusividade da atenção por parte do patrão, mesmo que encubra o sistema de exploração vigente, é percebida como benefício voluntário de um homem de posses e engendra uma vinculação por meio da necessidade. O relato de Dona Irene aponta ainda possibilidades de compreensão sobre o papel da mulher, visivelmente, vinculado ao espaço doméstico. Semelhante aos demais moradores, Dona Irene chegou a trabalhar, ainda criança, para o general Wicar, mas não na lavoura. Como ela mesma diz: “Sempre dentro de casa.”

A menina Irene trabalhava em tarefas domésticas como as desenvolvidas por sua mãe para o general. Um lugar social do feminino percebido por Beatriz Heredia (1979) quando na articulação casa-roçado a mulher está para a casa, unidade doméstica de consumo, e o homem está para o roçado, espaço de produção. Diferenças de afazeres que consideram o gênero na base de sua distinção. Certamente, a pertença ao espaço doméstico deu à Dona Irene a percepção acurada sobre as necessidades básicas de sobrevivência e, portanto, ampliou a importância da ajuda do patrão para o sustento familiar que marca seu depoimento.

O coronelismo e suas ‘questões’ – modos de ação

Os relatos sobre o **tempo do patrão** expressam as relações de dependência entre moradores e proprietário que limitaram a possibilidade de questionamento das formas de domínio estabelecidas nas Fazendas Reunidas São Joaquim. Um mundo rural constituído de vínculos pessoais internos à grande propriedade baseada na **moradia**. A rede de dependência instalada entre patrão e moradores produz uma situação de sujeição humana complicadora do questionamento político da dimensão arbitrária (até mesmo nos termos capitalistas) das relações de trabalho. Não há relatos de situações nas quais os moradores tenham questionado, de alguma forma, as condições impostas pelo general Wicar.

A situação de trabalho e vida descrita pelos trabalhadores que moravam na fazenda do general coloca uma pergunta: por que eles não abandonavam a propriedade? Apesar de todo o contexto de julgo - o patrão era a única expectativa de inserção pelo trabalho para pessoas que, em sua maioria, já nasceram sob seu domínio - não havia o controle absoluto do general sobre o ir-e-vir dos moradores (caso contrário, este trabalho seria sobre escravidão). O regime de **moradia** permite que o morador possa se desligar do patrão voluntariamente, embora as

condições objetivas sejam desfavoráveis. O próprio relatório técnico do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária afirma: “[...] se as condições internas às fazendas são ruins, pior são fora da gleba, pois os trabalhadores que de lá saem sequer são indenizados.” (INCRA, 1985, p.163). O documento diz ainda que “[...] o proprietário, ou melhor, o tirano, jamais permitiu que eles [moradores] plantassem culturas permanentes.” (INCRA, 1985, p.163), impedindo o requerimento, por parte dos moradores, de indenização relativa aos gêneros plantados. Seu Joaquim confirma a informação, pois “ele [general] dizia que era campo florestal, não era pra explorar a mata não.”

E assim justificava a impossibilidade do plantio permanente de qualquer cultura por parte dos moradores.

O autoritarismo reinante na propriedade é traduzido na forma de uma indagação no relatório técnico quando pergunta “[...] se algum direito eles [os moradores] tivessem, quem iria defendê-los contra o todo poderoso Wicar Parente de Paula Pessoa?” (INCRA, 1985, p.163). Contudo, os relatos dos próprios moradores revelam outra dimensão das relações com o general Wicar, a saber: a ignorância da arbitrariedade das relações sociais na fazenda, apesar do reconhecimento do caráter opressor do mando exercido pelo general Wicar. Segundo Seu Andrade,

[...] eu digo que ele era um velho carrasco, mas na mesma hora ele era um velho meio bom. Ele não era ruim não, ele era carrasco porque ele tinha muita ordem, era ordem medonha as ordem dele. Se ele dissesse uma coisa, tinha que ser cumprida. Se ele dissesse que era pra fazer uma coisa, o ‘cabra’⁹ tinha que fazer. Se ele dissesse, ele não voltava a palavra dele atrás não. Trabalhei quase 40 anos. Trabalhei pra ele e toda vida o que eu queria ele me ajudou também. Não vou dizer que ele não me ajudou porque ele me ajudou, mas coisinha pouca. Quando ele mandava eu fazer uma coisa, eu tava fazendo.

Embora sua patente militar não possa ser dispensada como elemento importante da forma autoritária com a qual geria a fazenda, a caracterização do proprietário como um velho bom e ruim pode ajudar na compreensão da ausência de conflitos na propriedade. Uma ambigüidade sustentáculo de formas de vida e trabalho sob arbítrio patronal própria à cultura popular gestada na opressão próxima à argumentação de Marilena Chauí para quem “[...] ambigüidade não é falha, defeito, carência de um sentido que seria rigoroso se fosse unívoco. Ambigüidade é a forma de existência dos objetos da percepção e da cultura, percepção e

⁹ Expressão de uso popular para falar do homem em sentido genérico.

cultura sendo, elas também, ambíguas.” (CHAUI, 1986, p.123). Isso explica os relatos dos moradores sobre **o tempo do patrão** constituídos não de partes separáveis, mas de dimensões simultâneas daquilo que aparentemente seria contrário. Como diz Seu Joaquim:

[...] eu não vou dizer que ele era só ruim não, porque quando era no final do dia ele ficava assim conversando com você.

Articulações fundantes da conformação necessária ao estabelecimento do mando tradicional em relações de favor/dependência entre os moradores e o general Wicar típicas do domínio coronelístico de base agrária.

Victor Nunes Leal (1975), ao discutir o coronelismo como exercício do poder tradicional constituinte do meio rural brasileiro, aponta para a liderança política local exercida por proprietários de terras apelidados por um resquício da extinta Guarda Nacional¹⁰ que indica muito menos a patente militar e muito mais a situação de poder. Sustenta Leal (1975, p. 20),

[...] concebemos o ‘coronelismo’ como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constitui fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa.

O poder privado assentado no domínio e na sujeição do outro não pode ser compreendido “[...] sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações do poder privado ainda tão visíveis.” (LEAL, 1975, p.20). Isso porque a pobreza e a vulnerabilidade por quais passavam as populações de trabalhadores rurais as subordinava a oportunidades de trabalho vinculadas a donos de enormes propriedades de terras. Além disso, a situação dos pequenos proprietários era, via de regra, difícil devido à impossibilidade de concorrência com a grande propriedade e as dificuldades de financiamento da produção. Essa condição fazia os trabalhadores que possuíam alguma

¹⁰ A Guarda Nacional foi criada em 1831 e possuiu, durante quase um século, destacamentos nos municípios brasileiros chefiados por fazendeiros, comerciantes e industriais abastados. O comando-em-chefe da Guarda Nacional exercia a direção política local confiada pelos governos provinciais. A Guarda passou da Monarquia para a República até ser extinta oficialmente, apesar de ter sobrevivido como influência na estruturação social e política local do país por longo tempo.

terra própria procurar trabalho de sujeição, como a parceria, nas grandes propriedades de terras.

César Barreira (1992) identifica três momentos da vigência do coronelismo como sistema de dominação política. O primeiro momento tem como característica os próprios coronéis-fazendeiros ocupando os postos de comando político. Algo ocorrido desde o início do período republicano até a década de 1930. O segundo é marcado pela delegação quase total da representação coronelística, embora os proprietários exercessem domínio sobre os políticos devido o controle de votos exercido pelos fazendeiros sobre a população trabalhadora rural a ele vinculada pela sujeição de trabalho. Esse segundo momento é marcado pela redução do protagonismo político dos coronéis sem arrefecimento do coronelismo como relação social autoritária tal como encontrado na experiência social das Fazendas Reunidas São Joaquim. O terceiro momento se dá quando os proprietários continuam a delegar poder, mas perdem controle sobre os “currais eleitorais” e os políticos configurando um gradual enfraquecimento dos coronéis. É considerável o significado político de um mundo rural estruturado no mando tradicional cujas formas de ação, por vezes, incorporavam a violência. Além disso, os relatos dos moradores colocam outro elemento para a compreensão da admissão do domínio patronal. Segundo Seu Andrade,

[...] o Dr. Wicar era muito *questioneiro*. Ele nunca foi a uma *questão* pra não levar seu Andrade. Eu nunca fui embora? Eu não sei o porquê. Porque o general, às vezes, não fazia com que a gente ir embora. Eu tava com um roçado agora, todo seguro por quebrar, todo por colher, era a hora que ele ia buscar eu pra uma *questão*. Um fazendeiro que ele bulia. (grifo nosso).

A atuação dos moradores como jagunços do proprietário nas disputas violentas entre esse e outros fazendeiros, as chamadas ‘questões’, também fazia parte do cotidiano da **moradia** nas Fazendas Reunidas. Essa participação dos trabalhadores rurais como agentes de defesa do patrimônio de seu patrão nos conflitos com outros proprietários representa concretamente a submissão ao sistema de dominação e sujeição. Além disso, indica uma forma de participação em conflitos sociais que os distanciava do questionamento com os setores dominantes, pois tomavam posição em favor do proprietário. As disputas de tão violentas colocavam em risco a própria vida dos moradores. Seu Andrade conta ter assistido à morte de um morador, o pai de Dona Irene, quando mais de dez moradores do general Wicar

numa caminhoneta se dirigiam a outra fazenda para derrubar casas de moradores de outro proprietário. Relata,

[...] quando o tiro pegou, eu ia sentado no canto de uma F1000 [caminhoneta] e o que morreu ia no meio. Eu ia bem no canto. 309 caroço de chumbo no que morreu e uma bala no outro! Eu cai pra trás no chão, no meio da estrada sem nada nas mãos. Quando me levantei passando as mãos no espinhaço, sem falar por causa da pancada... Parece que ainda hoje tá doendo por causa dessa pancada no chão. Levantei. O que eu vi foi o cara que matou como daqui a essa parede [curta distância] com a espingarda e o revólver na mão.

A participação em ações como as descritas acima fazia dos moradores pessoas marcadas com o distintivo social dos seus patrões. Sair da propriedade era também perder a proteção dada pelo fazendeiro àqueles que defendiam seu patrimônio. Um risco adicional à vulnerabilidade então vigente. Como diz Barreira (1992), os trabalhadores eram ‘morador do fulano’. Esse termo representa a vinculação social pelo trabalho cuja implicação social alcançava até as possibilidades de vida e morte. Contudo, o interconhecimento próprio aos espaços rurais permitia atitudes de respeito e lealdade entre os próprios moradores envolvidos nos contextos violentos. É assim a explicação dada por Seu Andrade para não ter sido morto diante do homem armado assassino de seu companheiro. Conta o antigo morador,

Deus me guardou e ele não me matou. Eu já conhecia ele. Eu conhecia ele e ele me conhecia. Ele viu eu me levantar, deu as costas e correu dentro de uma mata que tinha e eu fiquei. O carro que eu ia correu e foram acabar com a casa do homem.

Atuar como jagunço numa ‘questão’ não era ato voluntário. Os moradores sabiam dos riscos colocados e, por vezes, utilizavam de estratégias para tentar dirimir o patrão das investidas contra seus desafetos. Seu Andrade fala sobre uma passagem quando estavam sendo levados os moradores e o general Wicar em direção ao roçado de outra fazenda para destruir a plantação de um inimigo do general. Diz o antigo morador que o motorista optou por um caminho muito mais longo do que o necessário para ver se a ampliação da viagem fazia o general Wicar desistir do seu intento. Nada feito. De acordo com Seu Andrade,

[...] quando nós chegamos no roçado, encontramos o roçado todo de milho maduro. Cada uma cabaça, cada uma melancia! Foi uma destruição medonha. Nós derrubamos a cerca todinha.

Tudo ocorria na presença do general. Nas palavras de Seu Andrade “tudo a mando dele e ele no meio.”

A memória de Seu Andrade aponta o entendimento dos proprietários sobre a participação dirigida dos moradores nos conflitos. Relata o antigo morador ter derrubado, junto com outros trabalhadores, a cerca de um fazendeiro chamado Alfredo Inácio. Ao terminar a derrubada, o próprio Alfredo Inácio apareceu e chamou-os para ir à casa dele. Então,

[...] nós chegamos na casa dele, na Fazenda do Alfredo Inácio. Aí ele deu leite pra nós beber, deu queijo, deu bolacha. Tinha coalhada, tinha tudo na casa dele. Era assim por umas oito, nove, dez horas da manhã. Nós comemos. Quando o general chegou lá no ponto onde tinha nos deixado, que procurou nós, cadê? Nós tava mais o outro [fazendeiro]. Depois, quando nós chegamos de lá, o Dr. Wicar passou um carão em nós tão grande! Depois foi que nós viemos pensar que se esse homem quisesse matar nós tudinho lá dentro da casa dele tinha matado. Era boa pessoa. Ele sabia que nós tava mandado. Ele disse: ‘rapaz vocês são mandado’. Só que nós, se nós pensasse, nós não tinha ido pra casa do homem, pois era intrigado do Dr. Wicar mesmo. Ainda fomos pra casa dele. Merendamos, comemos... Ele botou o revolver assim em cima da mesa, ainda hoje me lembro.

A atitude de Alfredo Inácio indica uma intriga entre padrões não estendida a seus subordinados, pois os mesmos atuavam nos conflitos devido às relações de dependência as quais estavam submetidos. O caráter obrigatório da participação dos moradores nas disputas do patrão revela-se também na inconveniência dos momentos de convocação. Não só nas horas de colheita, mas também nas circunstâncias pessoais em que se achavam os trabalhadores como conta Seu Andrade apontando para a esposa.

Taí quem conta a história. Cansou de ficar em casa sozinha, às vezes, esperando neném e ele [patrão] mandava me chamar pra derrubar uma cerca.

Diz o morador caracterizando a distinção de gênero na composição da jagunçada, um agrupamento masculino. Apesar de participar ativamente na defesa do general e de seu patrimônio, Seu Andrade não admite a tomada de posição em favor do proprietário. Ele revelou desejo de não assumir os conflitos do patrão como disputa pessoal. No momento de nossa conversa sobre as ‘questões’, sua filha passava pela sala onde estávamos e comentou “até o pai derrubou casa.”

E Seu Andrade retrucou imediatamente “todo mundo derrubou casa.” Uma forma de demonstrar sua participação individual não como uma escolha, mas como uma imposição comum a todos os subordinados do general Wicar. Uma ambigüidade própria ao estar lá agindo em favor do patrão, mesmo tendo a consciência em direção contrária.

A respeito das formas de repreensão do proprietário, como ocorrido quando soube da merenda oferecida aos seus jagunços, muito tem a falar os moradores. No relacionamento interpessoal diário da fazenda colocava-se uma das faces mais autoritárias do mandonismo do general. Expressões do contemporaneamente nomeado assédio moral¹¹ por meio de advertências verbais vexatórias e exagerado rigor para o cumprimento de tarefas. Segundo Seu Joaquim, havia da parte do general Wicar uma postura de mando marcada pelo exercício de classificações ofensivas atribuídas aos trabalhadores. Todos os trabalhadores eram tratados pelo general com o apelido de ‘bicho’. Por vezes, relata o antigo morador, quando o proprietário estava vistoriando o trabalho na fazenda e encontrava algum trabalhador que não estivesse, ou parecesse não estar, trabalhando, ele dizia aos gritos “o que você faz parado, vagabundo!”

Para passar pelas cancelas¹² da fazenda de madrugada, normalmente quando chegava da capital, o general Wicar escalava moradores que deveriam abrir os portões no exato momento de sua passagem. Certa vez, Seu Joaquim estava esperando a passagem do patrão, prenunciada sempre pela luz dos faróis da caminhonete do proprietário, quando adormeceu. Havia passado o dia inteiro trabalhando na lavoura. Ao chegar à cancela onde Seu Joaquim estava adormecido, o general gritou “acorda, bicho! É mania da vagabundagem ficar sem trabalhar.”

Assustado, Seu Joaquim despertou e rapidamente abriu a cancela. Disse Seu Joaquim “Ele queria todo mundo trabalhando o tempo todo.”

¹¹ Há tratamento legal sobre o assédio moral no artigo 483 da Consolidação da Leis do Trabalho (CLT) no Brasil. Segundo o artigo, o trabalhador poderá exigir a rescisão contratual com indenização quando: forem exigidos serviços superiores às suas forças, defesos por lei, contrários aos bons costumes, ou alheios ao contrato; for tratado pelo empregador ou por seus superiores hierárquicos com rigor excessivo; não cumprir o empregador as obrigações do contrato; praticar o empregador ou seus prepostos, contra ele ou pessoas de sua família, ato lesivo da honra e boa fama; o empregador ou seus prepostos ofenderem-no fisicamente, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem.

¹² Portões para divisão interna da gleba e seus cercamentos.

O tempo do patrão

A memória dos moradores é permeada de situações representativas das formas de imposição do proprietário. Uma delas aponta a não aceitação de sugestões vindas dos moradores por parte do patrão. Conta Seu Joaquim,

[...] o general amedrontava muito os trabalhadores. Uma vez ele ia saindo de casa e tinha um trabalhador do lado de fora da casa dele. O tempo tava como a gente diz 'bonito pra chover'. O trabalhador teria dito 'general, o senhor vai pegar chuva'. Ele olhou pro rapaz e respondeu rispidamente 'que chuva? Nem parece que vai chover'. Ele saiu em cima do cavalo. Daí a um tempo ele voltou todo molhado. E tava tendo muito relâmpago e muito trovão. O trabalhador pegou e disse 'general tô com medo desses trovão e desses relâmpago'. Aí, ele olhou pro trabalhador, mesmo tendo voltado todo molhado do meio do caminho pra trás, ele que há pouco tempo tinha dito que não tinha chuva nenhuma, e disse: 'tem nada pra ter medo'. Entrou, pegou uma garrafa de cerveja e chamou o trabalhador pra beber cerveja com ele.

A cerveja tomada ao final da história contada revela a hesitação do patrão em não confessar a razão da recomendação recebida de seu subordinado. Contudo, por ser uma gentileza incomum, coloca certa admissão das palavras do morador por parte do fazendeiro. Uma expressão das articulações do mando tradicional sempre calcado em binômios de opressão e alguma permissividade, controle e liberdade vigiada, subordinação grosseira e aceitação tácita. Por isso, os relatos dos moradores quase sempre narram situações nas quais os sentidos hegemônicos da opressão convivem com afirmações atenuantes do mando (BOURDIEU, 2004). Nas palavras de Marilena Chauí, essas imbricações de conformismo e resistência expressam formas pelas quais “[...] a cultura dominante é aceita, interiorizada, reproduzida e transformada, tanto quanto as formas pelas quais é recusada, negada e afastada, implícita ou explicitamente, pelos dominados.” (CHAUÍ, 1986, p.24). Portanto, as lembranças não apresentam uma circunstância de opressão social vivida de forma acrítica, mas uma percepção do arbitrário vivido nos limites do mundo rural estruturado pela grande propriedade de terra.

Nem todas as memórias sobre **o tempo do patrão** são hegemonicamente negativas, no sentido da vivência da subordinação patronal. Além das já apresentadas palavras de Dona Irene que constroem a imagem do general Wicar como um benfeitor, Dona Maria Ponciano, 96 anos, antiga empregada para os serviços domésticos do patrão configura o relato mais positivo sobre o fazendeiro. Semelhante aos demais trabalhadores, Dona Maria nunca recebeu pagamento em dinheiro durante os mais de 50 anos trabalhados na casa do general. Recebia

alimentação e vestuário do patrão, mas “dinheiro mesmo só para pagar a condução quando ia para a missa na Igreja.”

Dona Maria teve cinco filhos e criou todos na casa do proprietário. Dois desses filhos frutos de uma relação com o Coronel Salviano, um amigo do general Wicar, casado e também fazendeiro. Após o fim do relacionamento com o amigo do patrão, Dona Maria casou-se com um rapaz com quem teve os demais filhos e passou a morar fora da propriedade. Durante a gravidez do último filho, Dona Maria descobriu que seu marido estava tendo um relacionamento extraconjugal com outra mulher. Ao informar aos patrões a situação vivida na companhia do esposo, Dona Maria imediatamente foi trazida de volta à fazenda e pôde ali criar todos os seus filhos sob proteção da família do general Wicar. Para ela, **o tempo do patrão** é uma saudosa lembrança daqueles que “eram bom demais para mim.”

Uma lembrança sobre a proteção recebida cuja singularidade destaca-se na temporalidade constituída pela memória da opressão perceptível numa hermenêutica da experiência vivida em suas múltiplas direções nas quais sentidos hegemônicos convivem com particularidades e articulações entre percepções aparentemente opostas.

O domínio da terra e sua hierarquia interna

Segundo César Barreira, por conta da existência de relações como o ‘fornecimento’ e as ‘questões’, pode-se afirmar uma rede de dependência em que está envolto o trabalhador rural como alicerce da dominação tradicional no campo exercida pelos proprietários baseada “[...] no direito de trabalhar e morar em uma terra que não lhe pertence e receber fornecimento ou adiantamento para cultivar e manter sua família.” (BARREIRA, 1992, p.23). A vulnerabilidade própria da condição do trabalhador rural constitui a **moradia**. As imposições da concentração de terra estão na base da aceitação da jornada ampliada do trabalho de sujeição. Afinal, suportar uma circunstância tão adversa não é atitude de um trabalhador rural que tenha possibilidades de trabalho em condições mais dignas. Por isso, Caio Prado Jr. não hesita em afirmar “[...] a relação de causa e efeito entre a miséria da população rural brasileira e o tipo de estrutura agrária do País, cujo traço essencial consiste na acentuada concentração da propriedade fundiária” (PRADO JUNIOR, 1981, p.18). Esse traço essencial sobre o qual fala o estudioso marca a vida dos moradores nas formas de exploração estabelecidas nos relatos e confirmada em documentos oficiais. O Relatório Técnico do Complexo de Imóveis Rurais Denominados Fazendas Reunidas São Joaquim S/A produzido pelo INCRA e datado em outubro de 1985 afirma que os moradores da propriedade trabalhavam com agricultura e

pecuária e tinham a possibilidade da pesca para sobrevivência, mas viviam “[...] em condições sub-humanas devido ao sistema de exploração utilizado inicialmente pelo Diretor-Presidente da Empresa, sendo continuado pelos herdeiros atuais da propriedade.” (INCRA, 1985, p.162). Mesmo sendo um relatório do órgão responsável pela política agrária, o documento admitia que o sistema de exploração do trabalho instalado na gleba há décadas se manteve porque nada foi feito pelo próprio INCRA para mudar as relações de trabalho apesar da realização de várias vistorias ao longo dos anos. Um indício de certa conivência por meio da inércia das agências estatais da política para o campo produtora da ampliação do poder do patrão sobre aqueles cuja vida dependia de seu arbítrio.

A caracterização física do imóvel apontada na Ação Ordinária de Nulidade de Ato Administrativo¹³ de 05 de junho de 1989 revela a natureza da concentração de terra representada pelo complexo de fazendas. O documento registra que o INCRA vistoriou a propriedade do general Wicar em 1980 e percebeu a inutilidade de 13.000 ha dos 16.500 ha componentes das fazendas. Por conta disso, a gleba foi classificada como ‘latifúndio por exploração’, conforme o Estatuto da Terra¹⁴. Ainda segundo o documento, em 1985, o órgão realizou nova vistoria e constatou a continuada inexploração. Portanto, mesmo antes da morte do general Wicar, a propriedade era pouco explorada produtivamente. Fenômeno acentuado depois do falecimento do patrão em 1983.

As adversidades de trabalho e remuneração próprias ao discurso dos moradores sobre **o tempo do patrão** não se apresentam nos mesmos contornos quando se observa o discurso de Seu Raimundo Aniceto, antigo gerente das Fazendas Reunidas São Joaquim. A diferença entre o papel de gerente e o papel de morador na hierarquia interna às fazendas é traduzida nas palavras de Seu Raimundo. Diz ele:

¹³ Medida tomada por um juiz anulando um dos atos de desapropriação da fazenda expedido pelo INCRA no contexto do processo desapropriatório que se iniciou antes da ocupação realizada pelo MST.

¹⁴ Aprovado em 1964, o Estatuto da Terra estabeleceu um marco legal para, em tese, favorecer à desconcentração fundiária. O estatuto classificava as propriedades rurais em minifúndios, latifúndios por exploração, latifúndio por extensão e empresas. Os minifúndios eram as propriedades incapazes de prover o sustento do produtor e de sua família por conta de ter área menor que um módulo rural. Essa era a unidade de medida dos imóveis rurais que considera a capacidade do imóvel garantir a subsistência de uma família na relação entre dimensão, localização e aproveitamento. O latifúndio por exploração era a propriedade explorada em nível menor que as da sua região e tinha entre 1 e 600 módulos rurais, excedendo esse limite, a propriedade seria considerada latifúndio por extensão independente de seu aproveitamento. Empresa rural seria o imóvel que não excedesse 600 módulos rurais de área, aproveitasse o solo de forma racional e cumprisse a legislação trabalhista e ambiental.

O tempo do patrão

[...] eu tomava conta da fazenda, depois eu passei a trabalhar em carro pra ele [general Wicar]. As viagens dele por aqui era eu que fazia. Viagem para Tauá, para Quixeramobim. Trabalhei vinte anos no carro. Eu nunca trabalhei em outro serviço que não fosse de vaqueiro ou de carro. Eu nunca trabalhei de enxada, ele sempre botou trabalhador. Eu nunca no mundo trabalhei no sítio [roçado] não.

Além de demarcar seu lugar no trabalho interno, Seu Raimundo afirma a confiança que tinha do patrão para dirigir o trabalho dos moradores. Ele era autorizado pelo general Wicar para ferrar, com a assinatura do proprietário, os bezerros da gleba. Além disso,

[...] durante os três dias [de sujeição] da fazenda eu vinha botar o povo pra trabalhar. O meu serviço era esse. Eu nunca disse assim 'fui trabalhar num sítio acolá de enxada', trabalhava no roçado pra mim, diz ele.

A diferenciação de sua posição está em não trabalhar diretamente na terra pagando sujeição, mas sim coordenando os demais lavradores. Ao falar do trabalho por ele dirigido, ressalta que o patrão pagava pelo serviço.

No tempo que o general era vivo todo mundo tinha que trabalhar. Ele pagava, ele não queria nada de graça não. Ele pagava, mas o cabra tinha que trabalhar.

Diz Seu Raimundo sem tratar da forma de pagamento e demonstrando reconhecer uma dimensão virtuosa nesse compromisso do patrão em remunerar o trabalho. Reconhecimento confirmado pela voz em tom enfático e pelo gesto de elevar o dedo indicador no momento em que relatava o assunto. Outra virtude reconhecida pelo antigo gerente é

[...] nunca ter faltado escola. Ele [general Wicar] pagava um professor por conta dele. Sempre tinha escola pros meninos estudar de noite. Agora, de dia não tinha, só para as mulheres, conta Seu Raimundo.

Não haver escola para os meninos durante o dia é um dado que retoma a discussão apontada no início deste capítulo a respeito do trabalho infantil disseminado no meio rural e, como não seria diferente, na gleba do general Wicar. Trata-se de uma situação convergente com o indicativo sobre a articulação entre dimensão etária e de gênero na diferenciação de trabalho no mundo agrário conforme apontado por Beatriz Heredia (1979) e pelo testemunho de Seu Raimundo. Diz ele,

[...] todo menino trabalhava e estudava. Um menino meu com dez anos tinha que trabalhar.

O antigo gerente também é filho de pessoas que já trabalhavam para o general e começou a trabalhar aos dez anos. Apesar do relato de Seu Raimundo, os moradores Seu Joaquim e Seu Andrade não abordaram a possibilidade de estudar quando se referiram ao **tempo do patrão**. A indisposição para os moradores dedicarem suas noites ao letramento talvez ocorresse por conta da intensidade da rotina de trabalho, por vezes, iniciada em idade escolar.

As percepções dos moradores e do antigo gerente expõem o poder da hierarquia interna às Fazendas Reunidas de não só estruturar a vida no contexto do domínio da terra, mas também a possibilidade de conformar distinções simbólicas entre os trabalhadores.

‘Vivendo liberto’ ou a vida e o trabalho depois do domínio

Se as memórias sobre **o tempo do patrão** são centradas na sujeição, os sentidos atribuídos à vida que se construiu no território das fazendas depois da ocupação realizada pelo MST em 1989 elaboram uma acepção de liberdade em relação ao tempo de trabalho que repõe a distinção apontada por Garcia Júnior sobre a condição de pequeno agricultor como “[...] estar entre libertos, aqueles que dispõem do seu próprio tempo e dos membros de suas unidades domésticas.” (GARCIA JUNIOR, 1989, p.52). Portanto, uma liberdade concebida em oposição ao trabalho na terra sujeito ao outro, ao patrão. Ao ser indagado sobre as transformações ocorridas na propriedade depois da ocupação, Seu Andrade afirma:

[...] eu tô vivendo liberto. Eu não vivo assombrado com ninguém. Eu vivo comendo, eu vivo trabalhando no que é meu. Hoje eu posso dizer assim que trabalho no que é meu. Eu não tô sujeito a ninguém. Se eu quiser ir trabalhar hoje eu vou, se não quiser, não vou.

A possibilidade de decidir sobre a própria jornada de trabalho e de realizá-lo numa terra que também lhe pertence, por ser uma propriedade coletiva, assume significado distintivo para os tempos posteriores ao domínio. Isso pode ser confirmado nos discursos de todos os moradores. Seu Joaquim corrobora com Seu Andrade dizendo:

[...] depois que chegou os assentados melhorou mais. A gente ficou mais liberado para trabalhar. A gente tem parcela¹⁵, támo trabalhando por nossa conta, como se fosse dono da terra.

A vida depois do domínio é também a certeza de ter alguma propriedade sobre a terra de trabalho e morada, mesmo que uma propriedade coletiva. Como diz Dona Irene,

[...] a mudança que teve foi que hoje em dia nós temos a nossa casa. Nossa casa foi depois que o MST apareceu.

Novamente o relato da esposa de Seu Joaquim chama atenção para o espaço doméstico. Ela chega a dizer que a única mudança por ela percebida seria a casa própria.

Nas discussões sobre o trabalho de sujeição e a estrutura de propriedade, o relato de Seu Raimundo Aniceto apareceu como contraponto ao discurso dos moradores sobre a organização do trabalho nas Fazendas Reunidas. Neste momento, retomo as palavras do antigo gerente para expressar sua concordância a respeito das mudanças ocorridas na gleba depois da ocupação, bem como, sua percepção diferenciada a respeito do ‘vivendo liberto’. Uma percepção que agrega elementos positivos e novos problemas. Diz ele:

[...] numa parte melhorou porque o ‘cabra’ hoje vive liberto. Noutra parte piorou porque naquele tempo não tinha roubo, não tinha nada. Agora tá liberto, mas se for ganhar coisa do governo não se interessa em trabalhar. Se todo mundo trabalhasse... Tem deles aí que não trabalha, vive só esperando pelas coisas que o governo manda. A gente tá melhor porque a gente tá liberto, mas quando era do patrão o ‘cabra’ trabalhava direto.

O reconhecimento da passagem da sujeição ao trabalho ‘liberto’ não impede o incômodo do antigo gerente com certa morosidade frente ao trabalho por conta da possibilidade de viver das ajudas governamentais. Uma acepção de desonra moral para aqueles que são lenientes com o trabalho. Além disso, o aparecimento de práticas criminosas cotidianas, como o roubo de animais de criação, é apontado como problema dos novos tempos, um aspecto não positivo das mudanças. Ainda no campo do trabalho, Seu Raimundo entende a divisão da terra em lotes e, principalmente, a criação do espaço de produção coletivo, onde todos os assentados têm de prestar serviço, na conta dos motivos da saída de tantos moradores da propriedade depois da ação do MST.

¹⁵ Refere-se ao lote de terra particular a cada família assentada.

Eles [os moradores] plantavam onde queriam. Aí inventaram de plantar de coletivo e eles não se deram no coletivo. Tem mais gente de fora do que daqui.

Portanto, o relato aponta uma dificuldade de adaptação não esboçada nas palavras dos moradores que ficaram no assentamento, o que não impede de ter ocorrido de fato a tal dificuldade. Afinal de contas, ficar na terra depois da ocupação foi uma decisão dos moradores percebida pelos mesmos como atitude de resistência por parte de pessoas cujas aptidões e possibilidades de trabalho só são percebidas na vinculação simbólica entre viver e lidar com a terra. Como diz Seu Joaquim, “não tinha pra onde nós ir. Nós tinha que ficar aqui mesmo.”

Nesse sentido, uma resistência “[...] contra a desagregação das relações sociais tradicionais¹⁶, que resulta na incerteza do desenraizamento, na perda de um lugar de referência.” (MARTINS, 2003). Sobre isso, Seu Andrade afirma:

[...] eu digo ‘eu vou agüentar é aqui’. Porque eu sou assentado aqui desde que eu nasci e eu vou ficar é aqui. Porque eu vou sair pra algum canto? Eu não tenho pra onde ir, eu vou ficar é aqui. Esse pessoal [os ocupantes] vão me entender. Já tinha filhos, já tinha filho casado, uns foram embora e os outros não. Meus filhos vão ficar é aqui. Era lá na ponta da serra, ninguém sabia pra onde tinham ido. Quando nós demos fé, eles entraram lá pela quina da serra. Quando foi maio, junho... Quando foi meado de junho, quinze de junho pra entrada de julho, bateu tudo aqui. Tava tudo ao redor da minha casa. O pessoal dizia, ‘Andrade tu vai ter que sair’.

A decisão de ficar, como ato de resistência, implicou na construção do interconhecimento e na aproximação com os ocupantes. Nas palavras do antigo morador,

[...] com dois dias, eu comecei a me entrosar, comecei a entrar. Comecei a ter conhecimento com o pessoal, conversando com um, conversando com outro e fui entrando. Na primeira reunião, fui logo entrando pra reunião e com quinze dias de assentamento [ocupação] ou vinte, eu não tô lembrando bem, eu já fui ser coordenador de uma turma dentro dos moradores que ficaram no assentamento. De um bocado de gente fui ser coordenador.

¹⁶ No sentido dos laços construídos ao longo do tempo, portanto, tradicionais como a família, a amizade, o compadrio e o trabalho agrícola. De forma nenhuma quer dizer apego ao domínio tradicional.

Enfrentar os desafios da convivência com os ocupantes está na base da construção da comunidade assentada. Uma elaboração ocorrida no encontro entre moradores e ocupantes exibida com orgulho de uma convivência harmoniosa. Como diz Seu Andrade,

[...] na minha comunidade eu não tenho uma pessoa que eu diga assim 'aquela pessoa é um intrigado meu'. Até hoje não teve nem um, graças a Deus.

Percepção semelhante ao relato de Seu Joaquim e do antigo gerente “Num tenho inimizado com ninguém não.”

Isso indica que a percepção do ‘vivendo liberto’ como liberdade frente ao trabalho não significa indiferença em relação ao outro, individualização. Uma comunidade assentada não é uma associação de pequenos produtores livres, ou melhor, é um espaço de vida comum, trabalho no lote familiar e trabalho coletivo. Por isso, afirmar harmoniosidade nas relações internas ao assentamento, mais do que traduzir uma vida sem conflitos, o que seria desmentido pelo relato de Seu Raimundo, significa ter parte naquela coletividade, um sentimento de pertença. Substantivamente, uma relação de proximidade e identificação diferenciada daquela construída na opressão e na dependência. Não por acaso, usa-se o termo ‘liberto’ para falar dos que enfrentaram enormes restrições, inclusive para a possibilidade de trabalho em outras fazendas que não a do general. De acordo com Seu Andrade,

[...] no tempo do velho [general Wicar] vivo com a velha dele [esposa], eu não podia trabalhar em canto nenhum que não fosse aqui dentro, ele não deixava. Tinha que trabalhar pra ele, eu não trabalhei pra outra pessoa.

A fala indica um compromisso de exclusividade ao patrão no regime de **moradia**.

O ‘vivendo liberto’ de que falam os moradores aponta uma experiência social específica que não pode ser desvinculada do momento de enfraquecimento do coronelismo. No caso das Fazendas Reunidas São Joaquim, a morte do dono da terra no ano de 1983 iniciou um período de declínio da atividade agrícola na gleba por conta do desinteresse dos herdeiros em aproveitar produtivamente a fazenda. Isso produziu uma situação de abandono da propriedade e dificuldades para a reprodução camponesa dos moradores. Seu Andrade diz,

[...] esse pessoal [os herdeiros] fizeram a gente trabalhar muito. A gente ficou sem saber o que ia fazer, porque eles não tava aqui, viviam pra banda de Brasília. Eles moravam pra banda de lá e a gente ficava quase sem saber o

que fazer. Aí o que o general tinha foi se acabando e foi gerando assim uma coisa [...] o sitio tinha toda espécie de fruta. Isso foi tudo se acabando depois que ele morreu, foi tudo levado mesmo ao fim. Aí foi o tempo que o assentamento chegou e começou a ficar diferente pra gente.

Apesar das dificuldades para a reprodução dos moradores na propriedade do general Wicar advirem de uma circunstância específica, o mundo rural do Ceará, naquele momento, colocava impedimentos à permanência de trabalhadores rurais internos às fazendas devido a mudanças na atividade agropecuária implantadas com incentivo estatal. A modernização agrícola passou a dificultar a permanência dos moradores dentro das propriedades. A esse respeito, é elucidativo o trabalho de Jorge Neto (2009) sobre as transformações na economia cearense nas décadas de 1970 e 1980, sobretudo a redução da importância do setor agropecuário no conjunto da economia cearense¹⁷. O economista chama atenção para a crise da produção algodoeira, principal produto agrícola do estado à época. Diz ele,

[...] o algodão vem sofrendo ao longo dos anos um decréscimo em sua produção. Isto talvez pode ser explicado pelo fato de que com a estagnação da parceria interrompe-se o principal meio pelo qual é “financiada” e explorada a produção. Além disso, tem-se o crescimento da importância da pecuária tanto em expansão da área como do pessoal ocupado, o que implica concluir que esta se tornou mais importante, abalando o sistema tradicional. Por outro lado, vale notar os grandes projetos agropecuários e incentivados pela SUDENE, que são majoritariamente projetos para a pecuária leiteira e de corte. É difícil encontrar um projeto que vise incrementar a produção alimentar e mais especificamente as atividades algodoeiras. (JORGE NETO, 2009, p.41).

A queda da importância da parceria/**moradia**, o trabalho de sujeição disseminado no meio rural cearense, é constatada quando se sabe que, em 1970, 37,4% das despesas dos estabelecimentos com mais de 100 ha destinava-se à cota dos parceiros passando, em 1980, ao percentual de 18% (JORGE NETO, 2009). Essa modificação estrutural foi constituída pela aplicação de recursos do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), administrado pela SUDENE, em projetos que não privilegiavam o cultivo de algodão. Vale dizer, que o cultivo do algodão afinava-se com a pequena propriedade e com a pequena produção familiar. O desmonte da cultura do algodão, por conta do interesse dos proprietários em obter

¹⁷ O autor utilizou dados do IBGE, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), do Censo Agropecuário e da PNAD. Segundo ele, “[...] em 1970 o setor agropecuário participava com 17,5%, o industrial com 29,9 % e o de serviços com 57,5%. Em 1983, tem-se o agropecuário com 7,6%, o industrial com 23,6% e o de serviços com 68,8%.” (JORGE NETO, 2009, p.32).

financiamento público para suas atividades produtivas via apresentação de projetos à SUDENE não voltados para a cotonicultura, teve dois impactos: a não necessidade do trabalho de sujeição por famílias parceiras ou moradoras das fazendas e a impossibilidade de reprodução das famílias produtoras de algodão em pequenas propriedades.

O cenário descrito implicava na incapacidade da agroindustrialização absorver a população rural em suas atividades produtivas. E o excedente não absorvido pelas atividades da pequena propriedade familiar, que no período teve aumento de população sem aumento de área ocupada, acabou sofrendo enorme pauperização (JORGE NETO, 2009). O processo de desocupação das fazendas acentuou-se nos anos de 1980 e “[...] pode ser atestado na redução do número de casas de moradores nas grandes e médias propriedades rurais.” (CARVALHO, 2009, p.10). Os moradores que deixavam a propriedade por imposição direta do fazendeiro tinham sua casa derrubada para evitar retorno. Contudo, existiam outras formas de expulsão como a proibição de benfeitorias em suas casas, aumento do pagamento da renda ou do percentual da produção ao proprietário e uso da violência física.

A complicada situação dos trabalhadores no campo tornados desnecessários à grande propriedade ou inviabilizados de se reproduzirem em suas pequenas propriedades constituiu uma situação de conflitos sociais que se espalharam pelo mundo agrário cearense. César Barreira aponta a ocorrência de conflitos de forma “[...] isolada, dentro de contornos geográficos bem precisos – no interior de cada fazenda – e guardam como característica comum o confronto direto entre camponeses e o proprietário rural.” (BARREIRA, 1992, p.47). Entretanto, o próprio autor mostra a entrada de instituições como o INCRA e a Comissão Pastoral da Terra¹⁸ (CPT), fundada no Ceará em meados de 1983, como mediadores das disputas. A entrada de organizações da sociedade civil e de agências estatais no mundo rural cearense garantiu um processo de maior institucionalização dos conflitos e de reivindicação de direitos dos trabalhadores rurais estabelecidos no Estatuto da Terra. Nas áreas de conflito floresciam o trabalho organizativo das Comunidades Eclesiais de Base¹⁹ (CEBs), da CPT e do sindicalismo rural alinhados na defesa e na conscientização dos trabalhadores do campo, por vezes, tendo a desapropriação e a reforma agrária como expectativa de solução para a situação difícil vivida no campo. Contudo, no caso das Fazendas Reunidas, antes mesmo da morte do patrão, a propriedade já estava em processo de

¹⁸ Organismo de ação social da Igreja Católica para atuação em conflitos agrários criado em 1975.

¹⁹ Espaços de vivência de fé e articulação política promovidos pelo setor progressista da Igreja Católica.

desapropriação por conta do PROTERRA²⁰, uma política pública de aquisição de imóveis rurais para a reforma agrária em que o proprietário de glebas acima de 1.000 ha era obrigado a aderir. A fazenda do general Wicar acabou sendo enquadrada no programa. A morte do proprietário imprimiu lentidão à tramitação do processo no INCRA, mas a notícia da possibilidade da gleba vir a ser uma área reformada circulou nos meios de luta pela terra e acabou sendo incorporada como estratégia para a ocupação ocorrida em maio de 1989.

À guisa de conclusão

Vale dizer que, no momento de vigência do domínio do general, ou seja, quando o **tempo do patrão** era uma relação social concreta, essa experiência era naturalizada na vida cotidiana. Isso faz dessa nomeação uma elaboração *a posteriori* referenciada num tempo outro, ou melhor, o tempo que se construiu após a ocupação. Nesse sentido, as narrativas aqui expressam uma apropriação do passado realizada por aqueles que o viveram numa representação que o reelabora exaltando o vivido nas suas dimensões opressivas e ocultando, ou não enfatizando, as formas ambíguas que o estruturavam, tão importantes à compreensão sociológica, nas quais o mando patronal se reproduziu naquela propriedade rural por décadas.

Na elaboração discursiva sobre o **tempo do patrão**, as relações de trabalho assumem centralidade e envolvem todos os demais campos da vida social como as relações familiares, a religião e o mando tradicional conformando uma percepção sobre a vida nas Fazendas Reunidas São Joaquim antes da chegada dos ocupantes. O binômio sujeição/liberdade informa as distinções entre a condição de morador e a vida de assentado. A passagem de uma a outra é demarcada pela chegada dos ocupantes. Essa percepção assume nuances relativas ao lugar ocupado por quem recorda antes e depois da ocupação. O caráter opressivo do mando exercido na propriedade, tão próprio aos relatos dos que ali viveram na última escala do trabalho de sujeição das Fazendas Reunidas, não se apresenta para aquele que trabalhou para o proprietário como seu homem de confiança. O antigo gerente não exalta certas características de jugo indicadas pelos antigos moradores. Ao contrário, Seu Raimundo apontou benesses e chamou atenção para dimensões do poder nas terras do general Wicar constituintes de uma ambigüidade estruturante do domínio do patrão também evidenciada nas

²⁰ Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agro-Indústria no Norte e Nordeste, instituído pelo Decreto-Lei nº 1.179 de 06 de julho de 1971. Para análise do PROTERRA ver Carvalho (1982).

falas dos moradores. Na memória desses últimos, a acepção hegemônica da opressão articula-se permanentemente a seus atenuantes. Portanto, as distintas expressões a respeito do **tempo do patrão** não impedem a ambigüidade de sentidos sobre o fazendeiro como percepção comum a todos os antigos moradores independente de sua posição na estrutura interna ao trabalho na propriedade. Uma partilha tão significativa que pode ser encarada como representação ordenadora da vida social no contexto do coronelismo como relação social autoritária vivida nas terras do general Wicar. É possível dizer que o patrão constitui a referência significativa para um tempo percebido por quem o viveu como experiência de anulação das possibilidades de questionamento do mando devido à força de seu exercício. Nesse sentido, **o tempo do patrão** figura para quem o viveu e para o MST como tudo aquilo a ser negado/refutado/enfrentado, não por acaso, tornou-se uma palavra de ordem que expressa as adversidades contra as quais se dirige a organização camponesa cuja estruturação no Ceará se deu a partir da ação que encerra essa temporalidade.

THE TIME OF THE FARMER

***ABSTRACT:** This work discuss about the temporality of the social relationships before the first land's occupation realized by Movement of Landless Workers (MST) in the Ceará. The temporality limited social relationships before the occupation referenced by relates about the traditional system of political domination, forms of subjection of labor in large land holdings and the living conditions of farm workers during the decades before to the years 1980. The interpretation back to the ordering logic of meaning expressed in the speeches of the past of those who lived.*

***KEYWORDS:** Time. Farmer. Subjection of labor. Power.*

REFERÊNCIAS

BARREIRA, C. **Trilhas e atalhos do poder:** conflitos sociais no sertão. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

BEZERRA, G. **Memórias:** (primeira parte: 1900-1945). 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Coisas ditas.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

CARVALHO, R. Introdução. In: CARVALHO, R. **O Ceará na década de 1980: atores políticos e processos sociais.** Campinas: Pontes; Fortaleza: UFC, 2009. p.17 – 3.

_____. **Justiça social e acumulação capitalista** (o PROTERRA). Fortaleza: Ed. da UFC: PROEDI, 1982.

CHAUÍ, M. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ELIAS, N. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

GARCIA JUNIOR, A. R. **O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. Brasília: Marco Zero: Ed. da UnB, 1989.

HEREDIA, B. M. H. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

INCRA. **Relatório Técnico do Complexo de Imóveis Rurais Denominados Fazendas Reunidas São Joaquim S/A**. Brasília, 1985.

JORGE NETO, P. de M. A estrutura produtiva do Ceará nas décadas de 1970-1980. In: CARVALHO, R. **O Ceará na Década de 1980: atores políticos e processos sociais**. Campinas: Pontes; Fortaleza: UFC, 2009. p.31-56.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo**. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

MARTINS, J. de S. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

_____. **O cativo da terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

PRADO JUNIOR, C. **A questão agrária no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.